

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.550.434 - SP (2019/0216870-0)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
AGRAVANTE : K DA S F (MENOR)
REPR. POR : P T DA S
ADVOGADO : GUSTAVO FERNANDO LUX HOPPE - SP251292
AGRAVADO : SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE CAPIVARI
ADVOGADOS : LEANDRO ROGÉRIO SCUZIATTO - SP164211
MILENA BIAZIO - SP378857
AGRAVADO : GISELA MUNHOZ BAPTISTINI
ADVOGADO : ROGER PAZIANOTTO ANTUNES - SP167046

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por K DA S F (MENOR) representado por P T DA S contra inadmissão de recurso especial. O apelo extremo, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, insurge-se contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo assim ementado:

"Indenização por danos materiais e morais. Corres demonstraram a hipossuficiência processual, portanto, estão aptas à obtenção da gratuidade de justiça. Autor que, por ocasião do parto, tivera sequela de anóxia neonatal. Prova técnica não constatou inobservância dos cuidados necessários por parte da médica obstetra. Laudos apresentados não apontaram nenhuma conduta inadequada em relação à literatura médica abrangendo o caso. Ausência de nexo causal entre conduta e resultado. Medicina é atividade meio. Lamenta-se profundamente o ocorrido, no entanto, não se identifica suporte para as indenizações. Verbas reparatórias pretendidas não têm embasamento no âmbito probatório. Improcedência da ação deve sobressair. Apelos providos" (fl. 562 e-STJ).

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados.

Nas razões do recurso especial o recorrente sustenta violação dos artigos 373, 489, 1013 e 1.022 do Código de Processo Civil de 2015.

Aduz omissão e falta de fundamentação no julgado, pela ausência de análise do laudo técnico obstétrico.

Menciona que

"(...)

Ocorre que o referido laudo médico foi feito por três peritos em áreas de atuação distintas — obstétrico, neurológico e ortopédico - que concluiu do ponto de vista obstétrico (fis. 2091213, assinado pelo perito Dr. Rogério Pinheiro Arraes):

'Discussão: A pericianda em sua primeira

gestação, sem dados do pré-natal nos autos enviados, entrou em trabalho de parto quando estava na 40ª semana. O trabalho de parto foi conduzido conforme prescrição de entrada, parto que exige a abertura do Partoarama conforme recomendação do Ministério da Saúde. Não encontramos nos autos aue nos enviaram o Partoarama com os registros dos exames de assistência ao parto conduzido e às 16 h: 15 min. ocorreu o parto normal com RN do sexo masculino, pesando 3,2658 com Apgar 2, 5 e 8 (anóxia neonatal grave) decorrente de período expulsivo prolongado conforme dados das fls. 34. A descrição do parto fls. não legível, não registro aue medidas foram aplicadas diante do período expulsivo Prolongado, falta de conduta aná-ativa para abreviar o expulsivo . Houve sofrimento fetal ficando o feto submetido às condições desfavoráveis não • diaanosticadas por falta de assistência ao trabalho de parto: não temos registro de partograma abeto, sem registro médico descritivo do seguimento do trabalho de parto conduzido, configurando que a assistência obstétrica não se aproximou do recomendado. (...) As condições de nascimento do RN decorrem da assistência obstétrica Prestada. CONCLUSÃO: não há documentos comprobatórios nos autos que nos enviaram de aue a assistência ao Parto seguiu a arótica obstétrica usual conforme está no discussão' (destaques nossos)" (fl. 591 e-STJ).

Contrarrazões às fls. 599/601 e 603/606 e-STJ.

O Ministério Público Federal, em seu parecer (fls. 642/647 e-STJ), opinou pelo provimento do recurso com base no seguinte fundamento:

"(...)

Analizando-se detidamente os acórdãos recorridos, verifica-se que, de fato, a Corte de origem não se pronunciou sobre a omissão suscitada nos embargos declaratórios e no recurso especial, a saber, as conclusões apontadas pelo laudo pericial obstétrico, constante às fls. 227/231 dos autos" (fl. 644 e-STJ).

É o relatório.

DECIDO.

Ultrapassados os requisitos de admissibilidade do agravo, passa-se ao exame do recurso especial.

O acórdão impugnado pelo presente recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

A insurgência merece prosperar.

Com efeito, do acurado exame dos autos, verifica-se que merece provimento o

recurso no tocante à alegada negativa de prestação jurisdicional (artigo 1.022 do Código de Processo Civil de 2015). Isso porque, não obstante a oposição de embargos declaratórios requerendo expressamente manifestação acerca do laudo pericial obstétrico, permaneceu silente o tribunal de origem.

Com efeito, o não enfrentamento pela Corte de origem da tese mencionada, devidamente ventilada nos embargos de declaração (fls. 571/573 e-STJ) e imprescindível à solução do litígio implica violação ao artigo 1.022 do CPC/2015, tanto que, nos termos da Súmula 211/STJ, revela-se inadmissível o recurso especial que, a despeito da oposição de embargos, trate de tema não analisado pela instância a quo, porquanto ausente o requisito do prequestionamento.

Neste sentido:

"PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. ESTÁGIO PROBATÓRIO. DEMISSÃO. VIOLAÇÃO AO ARTIGO 1.022. OMISSÃO. RECONHECIMENTO. ATRIBUIÇÃO DE EFEITOS MODIFICATIVOS.

1. De acordo com o previsto no artigo 1.022 do Novo CPC/2015, são cabíveis embargos de declaração nas hipóteses de obscuridade, contradição, omissão do acórdão atacado, ou para corrigir-lhe erro material.

2. No caso, deve ser reconhecida a omissão apontada pelo embargante, pois o Tribunal de origem, mesmo provocado em sede de embargos declaratórios, quedou silente sobre argumentações que se mostram relevantes para o deslinde da controvérsia, em franca violação ao art. 1.022 do CPC/15.

3. Embargos de declaração acolhidos, com efeitos modificativos, para dar provimento ao recurso especial da parte embargante e determinar o retorno dos autos ao Tribunal de origem a fim de que seja realizado novo julgamento com o exposto enfrentamento das questões aqui tidas por omitidas"

(EDcl no AgInt no AREsp 1.232.124/SP, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 7/10/2019, DJe 9/10/2019).

Ante o exposto, conheço do agravo e dou provimento ao recurso especial, determinando a devolução dos autos ao tribunal de origem para que realize novo julgamento dos embargos de declaração de fls. 571/573 e-STJ, nos termos da fundamentação acima.

Publique-se.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 22 de novembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator